

# ARTIGO

## CASAMENTO ENTRE HOMOSSEXUAIS

Marcelo Cerqueira

**T**reze de maio de 2002 ficará na história dos direitos humanos como o dia em que pela primeira vez um Presidente da República do Brasil defendeu oficialmente os direitos humanos dos homossexuais. No Palácio do Planalto, Fernando Henrique Cardoso, ao lançar o Plano Nacional de Direitos Humanos II, declarou textualmente: "Apoiamos a união civil entre pessoas do mesmo sexo." Se avaliarmos que até 1821 — quando da extinção da Santa Inquisição, a homossexualidade era considerada "o mais torpe, sujo e desonesto pecado, causador da ira divina que castiga a humanidade com pestes, inundações, calamidades, etc", e que os "sodomitas" eram punidos com a mesma gravidade que os regicidas e traidores nacionais — 181 anos depois da descriminalização do "amor que não ousava dizer o nome", a autoridade máxima do país declara solenemente que apóia da união civil de homossexuais representa um grande alento para mais de 17 milhões de brasileiros amantes do mesmo sexo: a esperança que finalmente seremos tratados como cidadãos plenos, capazes inclusive de constituir família e beneficiar-se dos mesmos direitos dos demais brasileiros.

Sabe-se que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura. A partir deste envolvimento da própria presidência na defesa da cidadania dos gays e lésbicas, tudo leva a crer que não ficaremos na rabeira da história na consolidação dos direitos humanos das minorias sexuais. Apesar de alvissareiro, este corajoso compromisso do governo com a cidadania homossexual terá certamente de enfrentar grandes obstáculos: a primeira oposição vem das igrejas cristãs, da CNBB às denominações evangélicas mais conservadoras, que não escondem seu odioso preconceito anti-homossexual. Urge que teólogos de renome e igrejas mais esclarecidas, que não vêem antagonismo bíblico algum entre amar o mesmo sexo e seguir a lei durea do cristianismo "amai-vos uns aos outros", que realizem um firme trabalho de catequese de atualização exegética e de teologia-moral, erradicando do meio cristão o ódio contra os "eunucos que assim nasceram do ventre de suas mães."

Além das igrejas e hierarquias religiosas, outra área a ser mobilizada para aceitar o desiderato governamental a favor da união entre casais do mesmo sexo, é a da educação sexual: somente quando for instituído em todos os níveis escolares cursos de educação sexual científica, é que as novas gerações aprenderão a respeitar a livre orientação sexual dos indivíduos como um direito humano tão fundamental como o respeito à diversidade racial, étnica, religiosa, etc.

Também instituições basilares, como a Justiça, a Polícia, a Mídia, terão de aprender a conviver com a diversidade sexual e com estilos de vida diferentes — do mesmo modo como estamos aprendendo a respeitar um negro com cabelo rastafari ou um índio a viver sua cultura tribal, assim também urge que aprendamos a conviver harmoniosamente com uma lésbica pouco feminina ou um gay mais efemino. Machismo, homofobia, racismo, intolerância religiosa, etnocentrismo são doenças que têm cura: educação, ações afirmativas, legislação anti-discriminatória.

**MARCELO CERQUEIRA É BACHAREL EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR, COORDENADOR DO GRUPO GAY DA BAHIA (ggb@ggb.org.br)**